

DISPENSA DA CND

PROJETO QUE FACILITA REPASSES A HOSPITAIS FILANTRÓPICOS É APROVADO NA ALMT

O PROJETO ainda precisa passar por uma segunda votação

WESLEY SANTIAGO SILVEIRA / GABINETE DO DEPUTADO

O Projeto de Lei (PL785/2024) do primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Dr. João (MDB), que dispensa a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Federais (CND) para celebração de convênios entre o Governo do Estado de Mato Grosso e hospitais filantrópicos foi aprovado em primeira votação na semana passada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). A proposta visa agilizar o repasse de recursos para custeio e manutenção dessas instituições, que são essenciais para o atendi-

mento médico no interior do estado. Conforme o deputado, a exigência da CND tem sido um entrave para a celebração de convênios com hospitais filantrópicos, especialmente aqueles localizados em municípios do interior, onde muitas vezes são a única opção de

“
ENFRENTAM DIFICULDADES FINANCEIRAS E BUROCRÁTICAS PARA MANTER SUAS ATIVIDADES

atendimento médico para a população. “Essa proposta é um avanço significativo para a saúde pública em nosso estado. Muitos hospitais filantrópicos, especialmente no interior, enfrentam dificuldades financeiras e burocráticas para manter suas atividades. Com a dispensa da CND, vamos agilizar os repasses e garantir que essas instituições continuem salvando vidas”, disse Dr. João, autor do projeto. O projeto de lei estabelece que a dispensa da CND será aplicada apenas a hospitais filantrópicos que sejam a única unidade de saúde no município ou que atendam pacientes de outras cidades que não possuem hospital público. A medida segue exemplos



DR. JOÃO, AUTOR DO PROJETO

já adotados em outros estados, como Santa Catarina, e está alinhada com a legislação federal, que em alguns casos também dispensa a exigência da certidão. A aprovação da proposta deve beneficiar diretamente milhares de pacientes que dependem dos serviços prestados por hospitais filantrópicos, especialmente em regiões onde o poder público não

consegue suprir a demanda por atendimento médico. Além disso, a medida deve contribuir para a economia local, já que muitas dessas instituições são grandes empregadoras em seus municípios. O projeto de lei ainda precisa passar por uma segunda votação na ALMT antes de seguir para sanção do governador.



FOTO: DIVULGAÇÃO

TANGARÁ DA SERRA

Comissão de Saúde ouve representantes da OGTI, sobre possível suspensão de serviço de UTI no Hospital Municipal

LARISSA GRELLA / REDAÇÃO DS

A Comissão de Saúde e demais parlamentares, se reuniram na manhã de sexta-feira, 14 de fevereiro, no Plenário da Casa de Leis com representantes da empresa Organização Goiana de Terapia (OGTI), habilitada em 2023, para o gerenciamento de 10 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), no Hospital Municipal Arlete Dayse Cichetti de Brito. A reunião aconteceu em virtude de uma nota divulgada à imprensa em 5 de fevereiro, na qual a empresa detalhava suposta dívida do Município no valor total de R\$ 3,3 milhões. Considerando que o conteúdo propagado também descrevia possível suspensão do atendimento mediante ao não pagamento dos serviços

correspondentes aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro o Legislativo buscou a Secretaria Municipal de Saúde e em seguida, os representantes da empresa. “Ouvimos as duas partes e ficamos felizes que os serviços não vão parar, cabendo melhorar a comunicação entre os atores do

“
FICAMOS FELIZES QUE OS SERVIÇOS NÃO VÃO PARAR, CABENDO MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE OS ATORES DO PROCESSO

processo”, pontua o vereador presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Edmilson Porfírio (Podemos), ao garantir seguir acompanhando par e passos a situação. Proponente da reunião, o vereador Esdras Moraes (PL), que é presidente da Comissão de Saúde da Casa de Leis também destacou que a falta de diálogo possa ter sido a responsável pelo imbróglio. “Ficou claro de ambos os lados que o diálogo é essencial neste fato, mas os trabalhos seguirão”, salienta. Durante a reunião, a empresa alegou desconhecer como a informação foi propagada à imprensa e negou a autoria da nota, declarando ainda, haver burocracia excessiva e tramitação interminável, que tornou complexo o fornecimento da documentação.

REUNIÃO ACONTECEU NA CÂMARA MUNICIPAL